

**ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE – COEMA/TO.**

Ata 32

1 Às oito horas e quarenta minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e onze,
2 no Auditório da Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública
3 – SEPLAM. Após a verificação do quórum o Presidente declarou aberta a 28ª
4 Reunião Ordinária do COEMA, em seguida fez a leitura da pauta: 1. Abertura; 2.
5 Ordem do dia: i) Apresentação de novos Conselheiros, ii) Leitura e aprovação da
6 Ata da 27ª Reunião Ordinária, iii) Análise do relatório de áreas prioritárias para
7 criação de Unidades de conservação (Câmara Técnica de Unidades de
8 Conservação), iv) Prorrogação da Câmara Técnica de Revisão da Resolução
9 Coema nº 07, v) Apresentação do Sistema de Gestão de Unidades de
10 Conservação – GESTO, vi) Informativos da Secretaria Executiva; 3. Palavra Livre;
11 4. Encerramento. Dando continuidade o Presidente passou a palavra para a
12 Secretária Executiva. A Secretária Executiva cumprimentou a todos e solicitou
13 que cada Conselheiro se apresentasse. Feita as apresentações, a Secretária
14 Executiva questionou aos Conselheiros se havia alguma ressalva na Ata da
15 reunião anterior. O Conselheiro Bruno (MPE) apresentou uma ressalva no
16 assunto que trata da fiscalização do CREA, sobre os profissionais e o piso salarial
17 e solicitou a inclusão de que não só o Ministério Público está passando por esse
18 problema - de ter profissionais com teto que ganham abaixo do piso - como em
19 diversos órgãos do estado e que a fiscalização teria atuado também em outros
20 órgãos. A Secretária Executiva perguntou se havia mais alguma ressalva e não
21 havendo foi colocada a referida Ata em votação. O Conselheiro Paulo André
22 (Comunidade Indígena) solicitou à Secretária Executiva um breve relato sobre a
23 Ata posta em votação que informou que a Ata foi enviada por e-mail para todos os
24 conselheiros e trás todo o relato de como foi a reunião anterior, mas em seguida
25 relatou os principais pontos e a colocou em votação, sendo esta aprovada, com a
26 ressalva de fazer a alteração sugerida pelo MPE. A Secretária Executiva passou
27 para a apresentação das áreas prioritárias para conservação, iniciando com a
28 explicação dos trâmites do processo de criação das Unidades de Conservação
29 (UC), dizendo que este se inicia com a instituição de estudos genéricos,
30 realizados pelo Ministério do Meio Ambiente, que contém a lista das áreas, por
31 hectares; o segundo passo é fazer um estudo mais detalhado em nível estadual, o
32 que já foi realizado no Tocantins, iniciado pela SEPLAN; o terceiro passo, após a
33 aprovação dos estudos genéricos pelo COEMA é a realização de estudos mais
34 específicos, posteriormente tornando-os públicos para conhecimento da
35 população em audiências realizadas nos locais onde as UC serão criadas, assim,
36 depois de discutidos e aprovados em audiências públicas passa-se à criação da
37 Unidade de Conservação por meio de decreto ou lei, dependendo da decisão do
38 Governador. Informou ainda que esse procedimento costuma durar dois anos,
39 mas no Tocantins está durando o dobro de tempo, frisando que é preocupante o
40 fato dos estudos, realizados em 2008, 2006 e alguns em 2002, terem constatado
41 que as áreas estudadas apresentaram uma rica biodiversidade tendo papel
42 fundamental na proteção ambiental e prestação de serviços ambientais, mas boa
43 parte destas áreas já se encontram desmatadas, comparando-as com as imagens
44 de satélite de 2007, ou seja, demorou-se muito para criar as Unidades de
45 Conservação; diante disso, foi criada no COEMA, depois dos estudos que estão à
46 disposição dos Conselheiros, uma Câmara Técnica Permanente de Unidades de
47 Conservação - CTUC. Em seguida passou para a apresentação dos estudos
48 genéricos, que já foram discutidos na Câmara no ano passado (2010); focou a
49 importância para o investidor do agronegócio saber onde o Estado pretende criar
50 uma Unidade de Conservação, e que as demais Secretarias possam saber onde
51 podem incentivar a produção, evitando a sobreposição de projetos. Apresentou o
52
53
54

projeto GEF Cerrado Sustentável, que é uma doação internacional para o governo do Estado do Tocantins, se encontra em execução, com um montante de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) e como meta principal criar duzentos e cinquenta mil hectares de UC de proteção integral. Esclareceu ainda que existe duas categorias principais de Unidades de Conservação, de Proteção Integral e de Uso Sustentável, e a meta do Estado do Tocantins é ter 250.000ha de UC de proteção integral, sendo que o quadro atual é de 90.000ha. Em seguida informou que a Câmara Técnica passou por algumas alterações de seus integrantes, que trabalharam várias reuniões utilizando como documentos bases o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o Sistema Estadual (SEUC), as áreas definidas para conservação - estudo de 2004, estudos genéricos, o programa estadual de biodiversidade (2009), o plano estadual de áreas protegidas (2009), um estudo do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Bico do Papagaio realizado via PGAI, de 2002, de acordo com informação do Rodrigo, e o estudo florestal no norte do Estado do Tocantins realizado em 2002. Explicou em seguida que cada Secretaria/Instituição trouxe o conteúdo desses estudos, analisou e teve como base os critérios do ProBio - Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, do Ministério do Meio Ambiente, que estabelece quatro critérios principais para eleger uma área prioritária para conservação, sendo: 1º Critério: Importância Ecológica; 2º Critério: Grau de Ameaça; 3º Critério: Oportunidade; 4º Critério: Extensão. Na sequência apresentou as regiões com proposição de áreas prioritárias, conforme levantamento realizado pelo ProBio em 2002, dentre elas já estão implantadas o Parque do Cantão e o Parque Estadual do Jalapão, restando duas áreas prioritárias sem nenhum tipo de projeto de conservação. Explicou ainda que foram indicadas 7 (sete) áreas em nível estadual como potenciais para criação de UC, sendo elas: Interflúvio Tocantins-Paraná, localizada ao sul; Serra da Cangalha, localizada em Campos Lindos, onde se encontra um astroblema, local onde caiu um asteróide, considerado o segundo maior monumento natural relacionado a asteróides no Brasil; na região norte tem-se mais quatro unidades (Barra do Lajes e Corda; Carrasco do Água Branca; Chapada do Curicaca; e Serra Quebrada) indicadas pelo estudo do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE); e a do Rio Palmeiras, completando as 7 (sete) áreas indicadas para conservação. Explicou ainda que o Rodrigo, da SEPLAM, fez uma análise de como está hoje cada uma dessas áreas. Ato contínuo a Secretária Executiva passou a especificar detalhadamente a aplicação dos critérios em todas as áreas indicadas para conservação, apresentando fotos, mapas e dados dos estudos realizados, apresentou ainda fotos da região sudeste do estado, que tinha um representante da ADTUR - Agência de Desenvolvimento do Turismo do Tocantins, que a Câmara Técnica considerou áreas muito bonitas que mereciam ser conservadas, mas como não tinham os estudos aprofundados dos quatro critérios somente foram utilizadas as fotos sem os estudos, com a observação de serem áreas que merecem a realização de estudos mais específicos, são elas: Canyon do Rio Chupé, Cachoeira da Cortina, Canyon Encantado, Cachoeirinha, Cachoeira da Fumaça e Serra do Gambá. O Conselheiro Corombert (SEAGRO) interferiu dizendo que participou de todas as reuniões realizadas na Câmara Técnica, afirmou que não foi colocada nenhuma das últimas regiões apresentadas pela Secretária Executiva (Regiões Norte e Sudeste), sendo estas verificadas como áreas que estavam dentro do estudo e não como áreas prioritárias, disse que não foi feito nenhum trabalho nem indicação dessas duas regiões, estando elas presentes no detalhamento apresentado pela Secretária Executiva a revelia da Câmara Técnica e alega que as UC que foram priorizadas em relação aos estudos do GEF, foram Serra da Cangalha, Interflúvio Tocantins-Paraná, sendo

108 inclusive trabalhada a hipótese que diante das limitações do Naturatins, seria
109 priorizados os estudos na Serra da Cangalha, devendo os estudos das outras
110 áreas indicadas para conservação serem realizados posteriormente. E concluiu
111 que foram efetivamente analisadas pela Câmara somente Serra da Cangalha,
112 Interflúvio Tocantins-Paraná e Vale do Rio Palmeiras, não sendo em momento
113 algum realizado estudo em relação as regiões Norte e Sudeste, sendo somente
114 feita uma apresentação de sua beleza cênica. O Conselheiro Rodrigo (SEPLAM)
115 afirmou também que participou da Câmara Técnica, e confirmou que foram
116 definidas como prioridades as áreas que o Conselheiro Corombert citou, mas o
117 corrigiu dizendo que foram apresentadas as áreas da Região Norte, solicitou
118 ainda à Secretária Executiva, para efeitos de ilustração, que apresentasse os
119 mapas da Região Norte, do que não poderá mais ser feito, tendo em vista que
120 parte das áreas já foram perdidas, confirmou que realmente foram estabelecidas
121 duas áreas prioritárias, porém a apresentação com os estudos da Região Norte
122 foram realizados. O Conselheiro Corombert defendeu dizendo que as áreas da
123 Região Norte foram apresentadas em função do estudo preliminar, que definiam
124 que estas áreas eram de interesse, mas a Câmara Técnica trabalhou somente as
125 áreas que ele informou, não sendo trabalhada nenhuma das outras, sendo feito
126 apenas alguns comentários a respeito do desmatamento que vem ocorrendo na
127 Região Norte. O Conselheiro Rodrigo (SEPLAM) debateu dizendo que não foi
128 perdida a possibilidade dessas áreas serem criadas, afirmando que o corredor
129 norte foi definido pelo ZEE, e deve até ser feita uma apresentação, não nas áreas
130 mencionadas pelo Conselheiro Corombert, mas em outras áreas da região norte.
131 A Secretária Executiva afirmou que foi informada do seguinte: a Região Sudeste,
132 nos locais das fotos apresentadas pela ADTUR, foi apenas apresentada como
133 beleza cênica, não existindo estudo, informação e nem análise dos quatro
134 critérios, estando num primeiro momento descartadas, não completamente, pois
135 se forem avaliadas pode ser feito um estudo posterior, mas não é a prioridade; a
136 Região Norte, a informação obtida foi de que o estudo é de 2002 e 2003, sendo
137 considerado bem antigo para a realidade atual, esta seria a quarta prioridade,
138 nesse primeiro momento não haveria investimentos na Região Norte, e que a
139 grande prioridade seria as três mencionadas pelo Conselheiro Corombert (Serra
140 da Cangalha, pelo critério de oportunidade; o Interflúvio Tocantins-Paraná, pelo
141 critério de biodiversidade; e Vale do Rio Palmeiras, pelas matas secas. Após os
142 devidos debates e esclarecimentos, a Secretária Executiva continuou a
143 apresentação dos estudos realizados e ressaltou os desmatamentos nas áreas
144 estudadas. Em seguida frisou que os órgãos ambientais são mais lentos do ponto
145 de vista da conservação do que do crescimento do agronegócio e chamou a
146 atenção dos conselheiros para a apreciação e votação, retirando das prioridades
147 a Região Sudeste que não tem nenhum estudo, votando para se passar para
148 segunda fase, que são os estudos específicos e a realização de audiências
149 públicas. O Conselheiro Corombert interferiu frisando que serão apreciadas e
150 votadas somente as três: Serra da Cangalha, Interflúvio Tocantins-Paraná e Vale
151 do Rio Palmeiras, conforme definição da Câmara Técnica. A Secretária Executiva
152 afirmou que a Câmara Técnica não conseguiu se reunir ontem (24/05/11) e que a
153 informação que tem é que a Região Norte entraria como quarta prioridade, depois
154 de criadas as três já definidas e pergunta entre os presentes quem compôs a
155 Câmara Técnica. Somente os Conselheiros Rodrigo (SEPLAM) e Corombert
156 (SEAGRO) estavam presentes. E dando prosseguimento a Secretária Executiva
157 diz que precisa de um parecer por escrito, pois o parecer que tem é de que a
158 Região Norte entraria como quarta prioridade, mas se o Coordenador da Câmara
159 Técnica fizer um parecer modificando, assim será realizado. O Conselheiro
160 Corombert (SEAGRO) afirma que existe um interesse na Região Norte como

161 corredor ecológico, mas que foi trabalhado somente as três. O Conselheiro
160 Rodrigo (SEPLAM) explica que o que foi apresentado é que a Região Norte
161 também tem um estudo de biodiversidade, sendo feito um *ranking*. Dessa forma,
162 a Secretária Executiva faz a seguinte proposição: questiona se algum Conselheiro
163 encontra-se com ausência de informações sobre os estudos e dados
164 apresentados. Alguns afirmam que sim, e ela questiona quais são as dúvidas. O
165 Conselheiro Jair (Comunidade Científica/UFT) disse que o tema deve voltar para
166 a Câmara Técnica tendo em vista que não foi possível realizar a reunião prevista
167 e defende que o conselho não pode tomar uma decisão sendo que ainda há uma
168 duplicidade de opiniões na CT. A Secretária Executiva voltou a esclarecer que
169 não está colocando em votação e que somente estava pedindo esclarecimentos,
170 com relação aos estudos da Câmara Técnica e tem outra proposição: tirar da
171 votação a Região Norte, que apresenta dúvidas, volta para discussão na CTUC,
172 por ser esta a única remanescente de Floresta Amazônica no Estado do
173 Tocantins, mesmo com 38% (trinta e oito por cento) desmatado e vota somente
174 as três já estabelecidas. O Conselheiro Marcos (ONG/Ecoterra) solicitou que ela
175 explique novamente a proposição. A Secretária voltou a explicar dizendo que os
176 estudos apresentados pela CT são os gerais, sendo estes aprovados pelo
177 Conselho, e numa terceira fase seriam os estudos específicos das três unidades
178 apresentadas como prioritárias (Serra da Cangalha, Interflúvio Tocantins-Paraná
179 e Vale do Rio Palmeiras), deixaria a Região Norte para a CT analisar novamente
180 e avaliar o que será feito, e passar para os estudos específicos das três áreas
181 para entrar na fase de audiência pública e já propor ou não a criação da unidade
182 via decreto ou lei, conforme critério do Governador. O Conselheiro Marcos
183 (ONG/Ecoterra) afirmou que concorda, contanto que a Região Norte, depois do
184 estudo da CT seja apresentado e analisado novamente no Conselho, pois
185 percebeu-se que a CT está dividida quanto à decisão, mas que acata à
186 proposição da Secretária Executiva. O Conselheiro Cássius (CREA) questionou
187 se ainda fica aberta a possibilidade de incluir a Região Norte, votando ela agora.
188 A Secretária Executiva esclareceu que a Região Norte será votada na próxima
189 reunião do Conselho. O Conselheiro Cássius (CREA) questionou que mesmo
190 depois de apresentada toda a sensibilidade da região, o atraso na tomada de
191 decisão vai protelar ainda mais. A Secretária Executiva diz que essa foi a
192 proposição feita por ela, e que se o Conselheiro tem outra proposição de incluir a
193 Região Norte na votação é uma questão a ser deliberada. O Conselheiro Cássius
194 (CREA) diz que a CT existe para auxiliar o Conselho e como há posições
195 divergentes dentro da Câmara Técnica, entende-se que a responsabilidade cabe
196 ao Conselho e portanto, deve-se votar a inclusão da região norte, devido ao grau
197 de devastação apresentado. A Secretária Executiva prosseguiu dizendo haver
198 duas proposições, a feita por ela, que deixaria a Região Norte para ser votada
199 pelo Conselho somente após uma análise da CT e a outra, feita pelo Conselheiro
200 Cássius (CREA) de incluir a Região Norte e questionou se há mais alguma
201 proposição. O Conselheiro Joaquin (SEPLAM) opinou por colocar as três áreas
202 sugeridas para votação e pedir para a CT prioridade e urgência na manifestação
203 em relação à Região Norte, para depois não haver mais adiante nenhum entrave
204 mais grave. A Secretária Executiva diz que a proposição feita pelo Conselheiro
205 Joaquin é muito parecida com a sua, porém requerendo maior prioridade à
206 Câmara Técnica, havendo na verdade somente duas proposições, e questionou
207 se ainda há mais alguma proposição dos conselheiros. A Conselheira Ana Lídia
208 (SECT) sugeriu a realização de um estudo da área discutida, com urgência e
209 após sugere uma reunião extraordinária para tratar dessa pauta. A Secretária
210 Executiva sugeriu transformar a primeira proposição: analisar as três regiões e
211 cria-se uma prioridade dentro da Câmara Técnica e faz-se uma reunião

212 extraordinária para analisar a Região Norte; e a segunda proposição o Conselho
213 analisa as quatro regiões; termina perguntando se há mais alguma proposição e
214 se pode entrar em votação. Prosseguiu abrindo a votação e perguntou se os
215 Conselheiros votam na primeira ou na segunda proposição. A Secretária
216 Executiva informou que a primeira proposição está aprovada pela maioria e
217 prosseguiu para outro item de pauta. Iniciou passando alguns informes da
218 secretaria executiva, disse que foi criada uma Câmara Técnica Temporária do
219 ICMS Ecológico, que apresentou um relatório que precisa ser aprovado pelo
220 Conselho, mas não entrou na pauta porque precisa de ajustes e de um
221 afinamento da Câmara Técnica. Continuou dizendo que outra Câmara Técnica
222 Temporária é a de Revisão da Resolução COEMA 07, que tratou do
223 Licenciamento Ambiental Rural Simplificado, que este Conselho teve a
224 oportunidade de analisar na reunião anterior; a CT teve mais quatro reuniões
225 sendo uma delas conjunta com a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, a
226 resolução melhorou, mas não foi conclusiva, não sendo apresentada novamente
227 ao Conselho devido o surgimento do projeto de Lei nº 11 criando o Programa de
228 Adequação Ambiental da Propriedade e Atividade Rural - TO Legal, encaminhado
229 no dia 11 de maio pelo Governador à Assembléia Legislativa, que remete ao
230 COEMA uma série de ações. O referido projeto ainda não foi votado e encontra-
231 se com o relator Dep. Amélio Caires. Nele está determinado que o COEMA terá
232 que fazer a análise e aprovação de alguns itens, sendo muito parecido com a
233 resolução que o COEMA estava trabalhando. Neste caso o conselho terá que
234 regular posteriormente os Manuais de Restauração, Manual de Controle
235 Ambiental de Atividade Agropecuária – MCA e Critérios para Relocação de
236 Reserva Legal; explicou ainda que o trabalho do COEMA será intenso após
237 aprovada a legislação proposta, devendo o trabalho das duas CT serem
238 intensificados, ressaltou que mesmo que este projeto de lei não seja votado e
239 tenha interferência do Código Florestal aprovado ontem, tanto na avaliação do
240 governo quanto das ONG's este Código trará perdas para o Meio Ambiente com a
241 sua aprovação, tal projeto agora será encaminhado para o Senado, e caso não
242 haja nenhuma alteração, a declaração da presidente Dilma Rousseff é de que ela
243 vetaria alguns itens ou mesmo o Código todo, portanto ainda há muitas
244 indefinições. E explicou que em função de todas essas indefinições optamos por
245 não trazer novamente para votação do COEMA a resolução iniciada
246 anteriormente, mas as CT irão intensificar os trabalhos, analisar em maiores
247 detalhes os efeitos do Código Florestal, acompanhar o trâmite do projeto de lei na
248 Assembléia Legislativa e intensificar aquilo que ficou a cargo do COEMA
249 regulamentar. A Secretária Executiva questionou se alguém necessita de algum
250 esclarecimento a mais, não havendo manifestação prosseguiu informando sobre a
251 elaboração do Plano Estadual de Controle de Poluição Veicular – PCPV. Trata em
252 seguida do último ponto da pauta que é o pedido de inclusão de novos
253 Conselheiros; informou que pediram para fazer parte do Conselho a Embrapa, a
254 Secretaria das Cidades, a Secretaria da Fazenda e a OCB, sendo notado na lista,
255 a falta de um integrante do Poder Judiciário, esclareceu que o Ministério Público é
256 representado, mas não o Poder Judiciário; e foi solicitado ao departamento
257 jurídico da Secretaria do Meio Ambiente análise da possibilidade de fazer a
258 inclusão sem a necessidade de enviar projeto de lei para a Assembleia
259 Legislativa; informou da inclusão de dois itens de pauta que é a prorrogação da
260 Câmara Técnica de revisão da Resolução COEMA 07 e apresentação do GESTO
261 – Sistema de Gestão das Unidades de Conservação do Tocantins. Em seguida
262 passou para a apresentação PCPV, e questionou quais Conselheiros já ouviu
263 falar do PCPV. Cinco Conselheiros respondem que SIM. A Secretária Executiva
264 iniciou dizendo que o PCPV tem como objetivo analisar a poluição que os

265 veículos emitem e o seu consumo de combustível, que foi uma exigência feita
266 pela Resolução CONAMA de nº 418/2009; informou que o presidente do
267 Naturatins, Alexandre Tadeu Rodrigues está em Brasília na reunião do CONAMA
268 e ontem à noite já tiveram uma reunião com todos os secretários de estado pra
269 mostrar o andamento do PCPV em seus estados. Explicou ainda que o PCPV
270 num primeiro momento é um diagnóstico que mostrará a realidade da frota de
271 veículos do Estado do Tocantins e um inventário de quanto de poluentes e de
272 resíduos esses veículos estão emitindo. Tal projeto está sendo elaborado pela
273 Câmara Técnica Temporária de elaboração do PCPV, com participação de
274 convidados como: DETRAN-TO, Universidades e outros, reuniram-se três vezes
275 e fizeram um primeiro trabalho e está em momento de cálculo de emissão, que é
276 bastante técnico-científico com fórmulas e modelos de funções necessitando da
277 ajuda de um consultor que foi contratado pela SEMADES e depois de validado
278 pela CT será apresentado ao COEMA. Informou que de acordo com o
279 levantamento realizado, a frota de veículos no Estado do Tocantins é de 400.000
280 (quatrocentos mil) veículos, considerada uma frota pequena se comparada com
281 outros estados, sendo que, 50% (cinquenta por cento) desses veículos são
282 motocicletas, 30% (trinta por cento) automóveis, 9% (nove por cento) de
283 caminhões, 6% (seis por cento) de veículos pesados, 3% (três por cento) de
284 veículos de reboque e semi reboque, e 1% (um por cento) de outros. Ressaltou
285 que aparentemente tem-se muitas motos, sendo estas as que mais emitem gases
286 poluentes, e as mais antigas (com mais de 15 anos) com maior capacidade de
287 poluição estão na ordem de 80.000 (oitenta mil). Os municípios que tem mais
288 veículos são Palmas, Gurupi, Araguaína e Paraíso, sendo a gasolina a principal
289 fonte de combustível desses veículos, atingindo 68% (sessenta e oito por cento) e
290 elevam um pouco mais a poluição veicular. Informou ainda que na pesquisa foram
291 considerados somente o veículos automotores, não entrando nenhum outro tipo
292 de emissão. Citou exemplos dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul,
293 São Paulo que já estão com os planos praticamente prontos e Goiás que gerou
294 conflitos. Resumindo, Minas Gerais optou por fazer o controle da poluição veicular
295 só na região metropolitana de Belo Horizonte, o que significa que além do
296 licenciamento anual e das vistorias, o proprietário de veículo terá que fazer uma
297 vistoria extra, que é a vistoria de emissões, será paga uma taxa e se o carro
298 estiver desregulado ou poluindo mais terá que ser feito reparo para retornar ao
299 nível de emissão exigido. No Estado do Rio Grande do Sul foi realizado um
300 trabalho mais amplo, somente na região de Porto Alegre; o Estado de São Paulo
301 incluiu praticamente todas as grandes cidades para fazer esse trabalho, o Estado
302 de Goiás definiu que está em dúvidas se essa vistoria vai ser feita terceirizada ou
303 se será o próprio DETRAN. Informou que o Estado do Tocantins está na fase dos
304 cálculos para avaliar a quantidade de resíduos pesados e CO₂, e o COEMA vai
305 definir o que fazer a partir da proposição deles, se irá fazer um controle de
306 poluição veicular em todo o Estado ou só nas principais cidades; e questionou se
307 as vistorias serão terceirizadas ou feitas pelo DETRAN/TO, não esquecendo o
308 que implicará em termos de custos, taxas, portanto, uma vez o plano pronto os
309 Conselheiros vão ter a oportunidade de apreciar e sugerir como o assunto será
310 resolvido. Conclui dizendo que o prazo final para entrega do PCPV é 30/06/11.
311 Em seguida pergunta aos Conselheiros se há alguma dúvida. O Conselheiro
312 Bruno (MPE) informou que quando surgiu essa lei, o MPE/TO, através do
313 Procurador-Geral Dr. Clenan, solicitou que fosse feito uma visita ao DETRAN/TO
314 para ver a viabilidade desse processo, e naquele momento o Presidente do
315 DETRAN/TO apresentou dois argumentos que foram considerados plausíveis,
316 primeiro o tamanho da frota do Estado e o custo seria muito elevado para o órgão
317 realizar; o Conselheiro ressaltou ainda ser louvável essa atitude do COEMA de
318

319 tomar essa decisão de fazer ou não o Plano, pois o DETRAN/TO não tinha
320 condições, e o Ministério Público entendeu que não seria a hora de fazer essa
321 exigência, portanto, fica informado que quando surgiu essa legislação o Ministério
322 Público procurou o DETRAN/TO para ver a viabilidade de implementação ou não
323 dessa legislação, sendo levado para o Procurador-Geral; finalizou parabenizando
324 a SEMADES e o COEMA por essa decisão de elaborar o Plano e decidir em
325 conjunto como ele será feito. A Secretária Executiva perguntou se há mais
326 alguma outra dúvida. O Conselheiro Sérgio (Saúde) informou ter uma notícia na
327 internet de que a Secretaria de Saúde de São Paulo conseguiu reduzir, após a
328 instituição do PCPV, cerca de 40% (quarenta por cento) de internações
329 relacionadas a doenças cardiovasculares e respiratórias. A Secretária Executiva
330 disse que essa notícia valoriza a implantação de um Plano de Controle de
331 Poluição Veicular. E dando prosseguimento falou da necessidade de prorrogar a
332 Câmara Técnica Temporária de revisão da Coema 07, que expirou em
333 20/03/2011 e fez a proposta para funcionar por mais 6 (seis) meses, prorrogáveis
334 por mais 6 (seis) meses. Prosseguiu colocando em votação a prorrogação da
335 referida CT. A proposta é aprovada pela maioria. A Secretária Executiva passou
336 para o último ponto da pauta que é a apresentação de um sistema único na
337 América Latina sobre gestão de Unidades de Conservação e informou que será
338 apresentado pelo técnico da SEMADES, o biólogo Fabrizio. O Senhor Fabrizio
339 cumprimentou a todos e iniciou a apresentação do GESTO explicando que esta é
340 uma ferramenta desenvolvida pela The Nature Conservancy - TNC em comum
341 acordo com o Governo do Estado do Tocantins, com o intuito de fazer o
342 gerenciamento das Unidades de Conservação, desde a sua criação, passando
343 pela gestão administrativa e financeira, informou que o Sistema é composto por
344 dois sites, um site público, cujo endereço é www.gesto.to.gov.br, GESTO significa
345 Sistema de Gestão das Unidades de Conservação do Estado do Tocantins;
346 continua explicando que esse sistema foi lançado em São Paulo no dia 17 de
347 maio de 2011, e seu lançamento oficial no Estado do Tocantins vai ser no próximo
348 dia 07, durante a semana do Meio Ambiente, no auditório da ATM. Apresentou a
349 página virtual, mostrando aos Conselheiros todas as áreas do site, dizendo con-
350 ter dados de 14 anos inseridos em quatro meses. Informou ainda que, como o
351 sistema é totalmente dependente do acesso à internet, uma das dificuldades para
352 sua implantação é o acesso pelos gestores das UC por meio da internet, tal
353 dificuldade foi contornada por meio de um acordo com a Secretaria da Juventude,
354 que criará as Lan Houses Ambientais, sendo que cada UC terá dez computadores
355 conectados à internet via satélite a partir de julho de 2011. A Secretária Executiva
356 explicou que o sistema é altamente transparente, mas faltou criar uma ferramenta
357 que foi cobrada no lançamento realizado em São Paulo que é a interatividade do
358 público que acessa o portal, com a oportunidade de opinar. O Senhor Fabrizio
359 prosseguiu a apresentação dizendo que pode ser inserido no sistema qualquer
360 tipo de ato, desde decreto, portaria, resolução, lei, situação que se encontra,
361 quais foram os instrumentos de publicação, Diário Oficial ou outros, número de
362 documentos, datas, fotos, gravações, deliberações, participantes, observações,
363 anexar o arquivo para ficar disponível para *download*, dando total opção ao gestor
364 de tornar a informação pública ou não. No sistema estão inseridas 26 Unidades
365 de Conservação entre as Estaduais, as Federais e as RPPN's. E prosseguiu
366 dizendo que essa transparência de informações e estudos disponíveis visa atrair
367 pesquisadores para as UC, pois estes teriam acesso a dados chamativos para
368 desenvolvimento de pesquisas. Concluiu sua apresentação lembrando que são
369 14 anos de documentações, que completam aproximadamente 90% (noventa por
370 cento) das informações disponíveis à população e pede ajuda na divulgação do
371 site e que utilize esta ferramenta que é extremamente importante. A Secretária

372 Executiva disse ser fã nº1 dessa ferramenta, e frisou o quanto é importante tirar
373 os estudos da gaveta e disponibilizar para as pessoas acessarem, disse que isso
374 é fantástico e transparente. Em seguida questionou se tem alguma dúvida a
375 respeito do GESTO. O Conselheiro Marcos (ONG/Ecoterra) parabenizou o
376 GESTO, e a título de sugestão ressaltou que a nível nacional as UC têm grandes
377 problemas e solicitou constar informações se esta pertence a algum mosaico, se
378 estão próximas de áreas indígenas, de grandes projetos agrícolas, ou de grandes
379 empreendimentos como barragens e hidrelétricas; e também a influência desses
380 projetos na UC, mostrar ainda a questão de conflitos de usos externos, fundiários,
381 sobreposição e vários outros. Fabrizio disse que a parte que se refere às
382 proximidades das UC já estão inseridas na "aba de entorno" do site. A Secretária
383 Executiva lembrou que no site tem também o mapa para visualizar. O Conselheiro
384 Marcos (ONG/Ecoterra) disse que não seria só mostrar esse entorno, mas
385 também a influência delas na UC. A Conselheira Maria Antonia (ADTUR), disse
386 que na hora que estava falando da área de acesso restrito ao gestor entendeu
387 que obviamente não será divulgada a rota de fiscalização, mas o resultado dessa
388 fiscalização vai aparecer, pois quer saber quantos focos de incêndio, quantas
389 pessoas foram multadas e os crimes que aconteceram na unidade, e perguntou
390 se esses resultados de monitoramento estarão abertos para todos. Fabrizio
391 respondeu que a parte de fiscalização inclui as rotas, quem foi multado, quanto foi
392 o valor da multa, mas não é público, é mais restrito ao gestor porque lá tem
393 informações de quem foi o autor, CPF, RG. A Conselheira Maria Antonia
394 (ADTUR) interferiu dizendo que quem comente crime a informação deve ser
395 pública, todos tem direito de saber quem está cometendo crime na UC, saber
396 quantas pessoas desmatou, quem desmatou, quem tocou fogo, quem caçou,
397 achou que era esse tipo de informação que ficaria também disponível para todos.
398 os visitantes do site, e questionou se essas informações são protegidas por lei,
399 mas acredita que não é. A Secretária Executiva informou não saber se esse tipo
400 de informação é sigilosa, se poderá ficar exposta ou não à divulgação pública
401 antes de uma condenação judicial, isso poderá ser avaliado, mas se não for um
402 dado sigiloso pode-se optar por colocar apenas o resultado. O Conselheiro Jair
403 (Comunidade Científica/UFT) também parabenizou dizendo que a transparência é
404 fundamental nos dias de hoje, que a comunicação é totalmente informatizada e
405 disponibilizada, e atualmente vive-se uma dimensão totalmente diferente,
406 chamada de nuvem de informação; considerou importante, pois existe muitas
407 pessoas, pesquisadores que gostam da área ambiental e gostariam de colaborar,
408 sendo isso uma motivação a mais para acompanharem o que está sendo feito
409 dentro do Estado do Tocantins. O Conselheiro Sérgio (SAÚDE) disse que a
410 critério de informação existe a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, no site
411 www.justicaambiental.org.br, de utilidade civil que tem todos os conflitos no Brasil
412 relacionados à questão ambiental e população, inclusive do Tocantins,
413 informando quem gerou e quem está sendo impactado. A Secretária Executiva
414 confirmou o site e perguntou a todos os conselheiros se há mais alguma dúvida
415 ou informação. O Conselheiro Paulo André (Comunidade Indígena), questionou
416 se para o lançamento do GESTO há alguma campanha com *folder*, com
417 divulgação e informou que tem uma ferramenta chamada *transparenciagov* que é
418 pouco utilizada e também acompanha esse mesmo raciocínio de gastos públicos,
419 porém tal ferramenta é pouco divulgada mesmo sendo uma ferramenta excelente.
420 A Secretária Executiva apresentou o *folder* do GESTO aos Conselheiros, e que
421 há agora uma segunda fase que é a capacitação dos professores do entorno das
422 UC, dos sindicatos rurais, de potenciais usuários e as universidades; inclusive o
423 curso de biologia da UFT já está sendo capacitado pra usar o GESTO. E será
424 criado um sistema de premiação, para aquele que mais usar, seja universidade,

425 escola, gestores. E ressaltou que com os telecentros e as Lan Houses Ambientais
426 nas UC, haverá também o usuário público. Informou ainda que necessita de R\$
427 1.000.000,00 (um milhão de reais) em investimentos. A SEMADES está correndo
428 atrás de patrocinadores que possam fazer essas capacitações e ser parceira
429 nesse processo. A Conselheira Ana Lúcia (SECT) sugeriu, em relação a
430 capacitação, apresentar à Secretaria de Ciência e Tecnologia o referido projeto,
431 pois está sendo implementado um programa de capacitação à distância para o
432 todo estado, e pensa que pode ser feita em forma de EAD (Ensino à Distância),
433 seria o ideal, para já aproveitar uma estrutura que vai ser lançada muito em breve.
434 A Secretária Executiva elogiou e agradeceu a sugestão da conselheira. O
435 Conselheiro Marcos (ONG/Ecoterra) informou que tem muitas ONG's que
436 trabalham também o contexto da educação ambiental e outros temas, e
437 questionou se existe no GESTO essa informação de ONG's presentes dentro das
438 UC. Fabrizio respondeu que na parte de entorno constante no site, há essas
439 informações. A Secretária Executiva disse que em função do tempo e do
440 esvaziamento da sala, sugeriu passar para a Palavra livre. A Conselheira Ana
441 Lúcia (SECT) disse que ficou claro que terá que realizar uma reunião
442 extraordinária, e gostaria de saber se será específica pra cada tema ou se vai
443 fazer uma só para tratar de tudo. A Secretária Executiva disse que será uma só
444 com vários temas: PCPV, a questão da Região Norte e o Projeto de Lei nº 11 e a
445 inclusão de novos conselheiros. O Conselheiro Marcos (ONG/Ecoterra) enfatizou
446 a urgência de votar a questão das UC, pois se percebeu que muitos dos estudos
447 que foram feitos já estão ultrapassados, significa que se perdeu oportunidade e
448 pede para que a CT tenha urgência nesse ponto, pois considera isso uma
449 questão de total prioridade para o Conselho, pois a dinâmica de degradação das
450 áreas está sendo muito rápida. O Conselheiro Jair (Comunidade Científica/UFT)
451 disse ter saudades das reuniões do ano passado e que mudanças são
452 importantes, mudança de gestores, mas sente falta principalmente da presença
453 do Secretário da Agricultura, pois no passado tinha a presença dele e existe uma
454 interface muito grande com o setor agropecuário, que interfere demais na parte
455 ambiental, e a parte ambiental direta ou indiretamente interfere bastante no setor
456 produtivo, e como o Tocantins é um Estado novo e a parte de meio ambiente
457 acaba sofrendo maior impacto, seria interessante sempre a presença do
458 representante desta secretaria, se possível. A Secretária Executiva afirmou que
459 havia um representante presente, que era o Corombert. O Conselheiro Jair diz
460 que então é porque não o conhece como da Secretaria de Agricultura, mas o viu
461 rapidamente na Lagoa da Confusão. A Secretária Executiva afirmou que o
462 Conselheiro Corombert vem praticamente em todas as reuniões, pois ele é o
463 suplente do Secretário, e para ajudar a recordar diz que foi ele que pediu para a
464 Região Norte não ser votada agora. O Conselheiro Jair pediu desculpas pela sua
465 colocação. A Secretária Executiva perguntou se havia mais alguma manifestação
466 e não havendo, parabenizou o esforço da equipe da SEMADES e do Naturatins
467 na alimentação do GESTO, na pessoa do Fabrizio que foi o líder do grupo e
468 continuou fazendo um convite especial aos Conselheiros para comparecerem na
469 Semana do Meio Ambiente, próximo dia 07, no grande evento que é um seminário
470 para discutir biodiversidade, onde o GESTO vai ser lançado e terá uma série de
471 outros debates ao longo do dia no auditório da ATM. Em seguida informou que a
472 programação vai ser mandada para todos, e solicita que divulguem nas suas
473 instituições para que se tenha um público significativo e que cada vez mais possa
474 mostrar que o Meio Ambiente é fundamental para a sobrevivência do ser humano
475 no planeta terra. Nada mais havendo a tratar, a Secretária Executiva declarou
476 encerrada a 28ª reunião do COEMA agradecendo a presença de todos. Desta
477 forma, a ata uma vez aprovada pelo plenário do COEMA, será assinada por mim,

478 Marli Teresinha Santos, Secretária Executiva, pelo Presidente do COEMA e pelos
479 demais conselheiros.

Divaldo Rezende
Presidente

Marli Teresinha Santos
Secretária Executiva


**Alexandre Tadeu de Moraes
Rodrigues**
Presidente do Naturatins

Vanda Maria Gonçalves Paiva
Secretaria do Planejamento


Joaquin Cifuentes
Secretaria do Planejamento

Álan Rickson Andrade
Secretaria de Ciência e Tecnologia


Ana Lúcia de Freitas Rezende
Secretaria de Ciência e Tecnologia

Maria Teresa Barbosa Soares
Secretaria da Educação e Cultura

Elvira Noredina Gemelli Herberts
Secretaria da Educação e Cultura

Félix Valois Guará Bezerra
Secretaria de da Indústria e do Comércio


Vilmar Carneiro Wanderley
Secretaria da Indústria e do Comércio

André Carneiro
Secretaria de Infraestrutura

Ana Márcia Fernandes da Cruz Aires
Secretaria de Infraestrutura

Lúcio Flavo Adorno
Agência de Desenvolvimento Turístico


Maria Antônia Valadares
Agência de Desenvolvimento Turístico


Sérgio Luis de Oliveira e Silva
Secretaria da Saúde

Adriane Feitosa Valadares Cavalcante
Secretaria da Saúde

Jaime Café de Sá

Secretaria da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento

Corombero Leão de Oliveira

Secretaria da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento

Anuar Jorge Amaral Cury

Procuradoria-Geral do Estado

Ana Flávia Ferreira Cavalcante

Procuradoria-Geral do Estado

José Maria da Silva Júnior

Ministério Público Estadual

Bruno Machado Carneiro

Ministério Público Estadual

João Paulo Ribeiro Filho

ATM

Neila Pereira dos Santos

ATM

Félix Francisco dos Santos Neto

Polícia Militar

João Batista de Souza Alves

Polícia Militar

Antônio Rodrigues da Silva Neto

Saneatins

Diogo Pedreira Lima

Saneatins

Deputado **José Viana Póvoa Camêlo**
Assembléia Legislativa

Deputado **Raimundo Ulisses Wilson
Sampaio**
Assembléia Legislativa

Joaquim Henrique Montelo Moura

IBAMA

Lenine Barros da Cruz

IBAMA

Rosiran Rodrigues Barros

CREA

Cassius Ferreira Gariglio

CREA

Jair da Costa Oliveira filho

Comunidade Científica

Alexandre Barreto Almeida dos Santos

Comunidade Científica

Evalcy Pereira da Silva

Comunidade Indígena

Paulo André Ixati Oliveira Karajá

Comunidade Indígena

Roberto Magno Martins
FIETO

Jairo Soares Mariano
FIETO

Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves
Organizações Não-Governamentais

Marcos Vinício Batista
Organizações Não-Governamentais

Airton Teixeira
FAET

Paulo Sérgio da Rocha
FAET

Raimunda Nonata Nunes Rodrigues
FETAET

Manoel Barbosa Moraes
FETAET

Magda Floripes Ferreira Fernandes
FECOMÉRCIO

Nilva Aparecida Pacheco Bezerra
FECOMÉRCIO

Instituições Ausentes:

Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

Secretaria de da Indústria e do Comércio

Secretaria da Infraestrutura

Associação Tocantinense dos Municípios – ATM

Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -

IBAMA

Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins- FETAET